



# COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO – PRSEC

CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230

Av. Vicente Machado, nº 445, 16º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.420-902



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2015

**SENHORES ACIONISTAS:** Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas dessas, da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC (“Companhia” ou “PRSEC”), referente ao período de 16 de julho a 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal. **CONTEXTO OPERACIONAL:** A constituição da Companhia foi autorizada pela Lei Estadual nº 18.468, de 29 de abril de 2015, tendo sido constituída no dia 16 de julho de 2015, pelo Estado do Paraná, acionista majoritário, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, no dia 24 de julho de 2015, com o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE sob nº 41300292230. A PRSEC é uma sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Paraná, regendo-se pelo Estatuto Social, pela Lei Federal nº 6.404/1976, pela Lei Estadual acima e pelas demais disposições legais aplicáveis. A Companhia é vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda e tem por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado. A PRSEC encontra-se na fase pré-operacional e sua Diretoria Executiva, dentre outras medidas administrativas, está autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, datada de 16/07/2015, a apresentar o pedido de registro de emissora de valores mobiliários, na categoria “B” junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM nos termos da IN CVM nº 480/2009, para fins de operacionalização de seu objeto social. **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO:** Após o arquivamento dos atos constitutivos da PRSEC na JUCEPAR, obtenção da inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica na Receita Federal do Brasil (nº 23.043.212/0001-51) e autorização para funcionamento emitida pela Prefeitura Municipal de Curitiba (Alvará de Funcionamento sob nº 1.235.519, emitido no dia 12/08/2015), a Companhia entrou em regular funcionamento e na fase pré-operacional. Desde a sua constituição, a Diretoria Executiva adota um conjunto de medidas e procedimentos administrativos com foco na operacionalização do objeto social da Companhia, conforme destaques abaixo: (i) Nomeação de equipe técnica qualificada (assistente administrativo financeiro e assessor jurídico), no dia 15/09/2015, para suportar as atividades administrativas e jurídicas, em atenção ao adequado funcionamento da Companhia. (ii) Formalização do Termo de Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil S.A., no dia 15/09/2015, para a utilização do sistema eletrônico de licitações (aplicativo Licitações-e), visando à realização de aquisição de bens e serviços por meio de procedimento licitatório – modalidade de Pregão Eletrônico. (iii) Conclusão dos estudos técnicos preliminares, com a abordagem sobre os aspectos legais e operacionais, necessários para a estruturação da Operação de Securitização dos direitos creditórios de titularidade do Estado do Paraná, oriundos do Programa Paraná Competitivo. (IV) Contratação da empresa J. Folador Contabilidade Ltda – ME, mediante assinatura do Termo de Contrato PRSEC nº 02/2015, no dia 09/10/2015, para prestação dos serviços de contabilidade, registros paralegais e afins para a PRSEC. A referida contratação foi realizada por meio de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico nº 01/2015 – PRSEC). (V) Contratação do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, mediante assinatura do Termo de Contrato PRSEC nº 03/2015, no dia 27/10/2015, para prestação dos serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública, junto ao mercado de capitais, de valores mobiliários lastreados em direitos creditórios de titularidade do Estado do Paraná. A referida contratação foi realizada mediante licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico nº 02/2015 – PRSEC). **Estruturação da Primeira Emissão de Valores Mobiliários:** A PRSEC, em conjunto com o Banco HSBC, está na fase de estruturação da operação de securitização dos direitos creditórios oriundos do Programa Paraná Competitivo, de titularidade do Estado do Paraná. O escopo do trabalho de estruturação da operação compreende quatro fases, conforme comentada de forma resumida: Fase 1 - Análise de Viabilidade: análise do fluxo de recebíveis e sua modelagem financeira, estruturação conceitual e formatação preliminar da operação. Fase 2 - Estruturação Preliminar: definição da estrutura jurídica e minutos dos contratos exigidos pela estrutura da operação. Fase 3 - Formatação Final: versões finais dos contratos da

operação, sondagem preliminar de potenciais investidores, obtenção de rating para a operação e registro da PRSEC como emissora de valores mobiliários, categoria “B”, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Fase 4 – Captação de Recursos: apresentação da estrutura da operação para potenciais investidores, publicação dos avisos legais necessários à realização da operação, colocação da operação no mercado de capitais, mediante procedimento de bookbuilding, e posterior liquidação financeira relativa à subscrição dos valores mobiliários pelos investidores. Na data de encerramento do exercício social de 2015, o processo de estruturação da operação de securitização estava em andamento com atividades em desenvolvimento afetadas às Fases 1 e 2, simultaneamente, com estimativa de realização da operação para o final do primeiro trimestre de 2016, quando a Companhia deixará a fase pré-operacional para cumprir seu objeto social. **DESEMPENHO OPERACIONAL:** A PRSEC apresentou prejuízo de R\$ 165.551 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e um reais) no período de 16 de julho a 31 de dezembro de 2015, em decorrência de seu caráter pré-operacional, conforme destacado acima e nas Notas Explicativas relativas às Demonstrações Financeiras (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil), as quais observaram a legislação societária, as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelos órgãos reguladores, e demais normativos expedidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A gestão da PRSEC é realizada com base na distinção entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração da PRSEC, conforme estabelecido no seu estatuto social, é o órgão de deliberação responsável pela orientação superior da Companhia e compõe-se por até 7 (sete) membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 3 (três) anos. O Conselho Fiscal da Companhia é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de 1 (um) ano, tendo suas atribuições e competências previstas na Lei Federal nº 6.404/1976. A Diretoria Executiva é composta por até 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 3 (três) anos, e as respectivas atribuições são aquelas definidas no Estatuto Social da Companhia. A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, aprovada na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, na data de 14/09/2015, estabelece um conjunto de regras com a finalidade de garantir a preservação dos interesses de seus acionistas e investidores em cumprimento à legislação vigente, tendo por princípios basilares a: a) Obediência à legislação específica a que a Companhia esteja sujeita; b) Aderência às melhores práticas de relações com investidores; c) Transparência de tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES:** Em observância à instrução CVM nº 381/2003, a Companhia adotará previamente procedimentos de verificação da existência de conflito de interesse, perda de independência ou de objetividade do auditor independente, no caso de eventual contratação de prestação de serviços que não estejam relacionados à auditoria externa. O objetivo desse procedimento visa garantir a completa independência do auditor, partindo do princípio de que o auditor não deve: (a) auditar o seu próprio trabalho; (b) exercer funções gerenciais no seu cliente; (c) promover os interesses de seu cliente. Para a prestação dos serviços de auditoria independente, com emissão de parecer das Demonstrações Financeiras, elaboração dos relatórios de revisão especial das Demonstrações Financeiras Trimestrais – ITR e afins, a PRSEC contratou, mediante licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico 03/2015 – PRSEC), conforme assinatura do Termo de Contrato PRSEC nº 04/2015, no dia 06/01/2016, a empresa KPMG Auditores Independentes. Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes não prestou, no exercício de 2015, outros serviços que não sejam relacionados à auditoria externa. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009 conforme alterada, a Diretoria Executiva declara que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social, compreendido entre 16 de julho a 31 de dezembro de 2015.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

Ativo	Nota	31/12/2015	Passivo	Nota	31/12/2015
<b>Circulante</b>		<b>1.104.971</b>	<b>Circulante</b>		<b>70.522</b>
			Obrigações sociais e trabalhistas	6	60.050
			Obrigações sociais		23.005
			Obrigações trabalhistas		37.045
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	4	<b>1.102.566</b>	Obrigações fiscais	7	650
Caixa		106	Outras obrigações	8	3.527
Aplicações financeiras		1.102.460	Provisões	9	6.295
<b>Tributos a recuperar</b>	5	<b>2.405</b>	Provisões previdenciárias e trabalhistas		6.295
			<b>Patrimônio líquido</b>	10	<b>1.034.449</b>
			Capital social		1.200.000
			Prejuízo do exercício		(165.551)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.104.971</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.104.971</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO DE 16 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

	16/07/2015 a 31/12/2015
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(165.551)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>-</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>(165.551)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE 16 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

	Nota	Capital Realizado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 16 de julho de 2015</b>		-	-	-
<b>Integralização de capital social</b>	10	1.200.000	-	1.200.000
<b>Prejuízo do exercício</b>		-	(165.551)	(165.551)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		1.200.000	(165.551)	1.034.449
<b>Mutações do período</b>		1.200.000	(165.551)	1.034.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE 16 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

	16/07/2015 a 31/12/2015
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(11.889)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.889)
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>16.272</b>
Receitas financeiras	16.272
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>4.383</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>4.383</b>
Pessoal	167.413
Remuneração direta	163.827
F.G.T.S	3.586
Impostos, taxas e contribuições	2.521
Remuneração de capitais próprios	(165.551)
Lucros retidos / prejuízos do período	(165.551)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

**1. Contexto operacional:** A Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC (“Companhia” ou “PRSEC”) é uma sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Paraná, constituída no dia 16 de julho de 2015, nos termos da Lei Estadual nº 18.468/2015, tendo seus atos constitutivos registrados e arquivados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, no dia 24 de julho de 2015, sob NIRE nº 41300292230. A PRSEC é vinculada institucionalmente à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, regendo-se pelo Estatuto Social, pela Lei Federal nº 6.404/1976, pela Lei Estadual 18.468/2015 e pelas demais disposições legais. A Companhia tem por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado. O Estado do Paraná realizará com a PRSEC instrumento particular de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios e outras avenças, a título oneroso, do fluxo de recebimento, para fins de realização da operação de securitização. A PRSEC está em fase pré-operacional. Após medidas administrativas a Diretoria Executiva está autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, datada de 16 de julho de 2015, a apresentar o pedido de registro de valores mobiliários, na categoria

“B” junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários nos termos da IN CVM nº 480/2009 e alterações posteriores, para fins de operacionalização de seu objeto social. Em conjunto com o Banco HSBC, a PRSEC está na fase de estruturação da operação de securitização dos direitos creditórios oriundos do Programa Paraná Competitivo, de titularidade do Estado do Paraná, que compreende a análise do fluxo de recebíveis e sua modelagem financeira e a definição da estruturação jurídica e elaboração das minutas dos contratos exigidos pela estrutura da operação.

## DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 248469016

Documento emitido em 26/04/2016 17:23:32.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços  
Nº 9665 | 29/03/2016 | PÁG. 90

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.



# COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO – PRSEC

CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230

Av. Vicente Machado, nº 445, 16º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.420-902



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2 Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** Representados por ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. • **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. **3.3 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou construtiva, que possa ser estimada ou mensurada de forma objetiva, em consequência de um evento passado. Os registros das provisões, muito provavelmente, exigem recursos econômicos para a sua liquidação. A despesa relativa a qualquer provisão é reconhecida no resultado. **3.4 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 no exercício para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. O imposto de renda corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, conforme taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. A Administração não está constituindo imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais. **3.5 Apuração do resultado:** A Companhia não registrou receita operacional no período por estar em fase pré-operacional. A receita auferida é decorrente das aplicações financeiras. A despesa incorrida no período é resultante dos custos de manutenção da Companhia. O resultado foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**4. Caixa e equivalente de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	31/12/2015
Caixa	106
Aplicações Financeiras (*)	1.102.460
<b>Total</b>	<b>1.102.566</b>

(\*) As aplicações financeiras estão mantidas no Banco do Brasil, em fundo de investimento classificado como de curto prazo, denominado BB Curto Prazo Diferenciado Setor Público – FICFI, cujas cotas estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas a preços de mercado e divulgadas diariamente. Os recursos aplicados são oriundos de integralização de capital social, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os rendimentos das aplicações financeiras, no montante de R\$ 16.272, estão registrados como "Receitas Financeiras".

**5. Tributos a recuperar:** Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras no montante de R\$ 2.405. O valor apresentado poderá ser recuperado nos exercícios seguintes, mediante compensação de

imposto, quando da apuração de base de cálculo positiva.

**6. Obrigações sociais e trabalhistas:** A Companhia remunera mensalmente seus colaboradores, diretoria e conselho fiscal (exceto os membros do conselho de administração, que não possuem remuneração) e realiza a provisão dos valores relativos a essas remunerações, conforme disposições internas. Em 31 de dezembro de 2015, a composição de obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	31/12/2015
Salários a pagar	8.525
Pró-labore a pagar	28.520
FGTS a recolher	971
INSS a recolher	13.415
IRRF sobre folha a recolher	8.619
<b>Total</b>	<b>60.050</b>

**7. Obrigações Fiscais:** Em 31 de dezembro de 2015, os tributos relativos as Contribuições previstas na Lei Federal nº 10.833 e 10.637, montavam o valor de R\$ 650, sendo R\$ 39 referente a PIS a recolher, R\$ 243 referente a COFINS a recolher e R\$ 368 referente a retenções de tributos federais sobre serviços tomados.

**8. Outras obrigações:** Em 31 de dezembro de 2015, o montante R\$ 3.527 refere-se aos honorários contábeis a pagar.

**9. Provisões:** Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 6.295 correspondente às provisões trabalhistas, tendo a seguinte composição:

	31/12/2015
Provisão de férias	4.622
INSS sobre férias	1.303
FGTS sobre férias	370
<b>Total</b>	<b>6.295</b>

**10. Patrimônio líquido:** **10.1 Capital social:** Em 16 de julho de 2015, data de constituição da PRSEC, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 300.000. Em 27 de novembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social, a ser subscrito e integralizado pelo Estado do Paraná, no valor de R\$ 900.000, representado por 900.000 ações ordinárias. No dia 15 de dezembro de 2015, o Estado do Paraná, subscreu as 900.000 ações ordinárias, conforme Boletim de Subscrição de Ações Ordinárias nº 05, e no dia 18 de dezembro de 2015 as integralizou, mediante depósito na conta corrente da Companhia (Banco do Brasil, Ag. 3793-1, conta corrente 11.119-8), no valor de R\$ 900.000. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da PRSEC subscrito e integralizado era de R\$ 1.200.000, representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Ações	R\$
Estado do Paraná	1.199.997	1.199.997
George Hermann Rodolfo Tormin	1	1
Mauro Ricardo Machado Costa	1	1
Rogério Perna	1	1
<b>Total</b>	<b>1.200.000</b>	<b>1.200.000</b>

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), independente de reforma estatutária, mediante autorização do Conselho de Administração ouvindo-se antes o Conselho Fiscal. **10.2 Reserva legal:** Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. **10.3 Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. O dividendo obrigatório poderá ser pago pela Companhia sob a forma de juros sobre o capital próprio. **10.4 Resultado acumulado:** No período findo em 31 de dezembro de 2015, a PRSEC reportou prejuízo no valor de R\$ 165.551 em função

de sua organização e estruturação, em decorrência de seu caráter pré-operacional.

**11. Despesas com pessoal:** A composição das despesas com pessoal é a seguinte:

	31/12/15
Salários e ordenados	36.747
13º salário	3.467
Férias	4.622
Pró-labore	80.367
Gratificações	6.447
INSS	32.177
FGTS	3.586
<b>Total</b>	<b>167.413</b>

**12. Despesas administrativas:** A composição das despesas administrativas é a seguinte:

	31/12/15
Honorários contábeis	7.791
Publicações	3.821
Impostos e taxas	1.375
Cartórios	166
Outros	111
<b>Total</b>	<b>13.264</b>

**13. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2015, não existem processos de qualquer natureza classificados como risco provável ou possível, conhecidos pela Administração, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

**14. Partes relacionadas: Controlador:** O capital social integralizado da Companhia é representado por 1.200.000 ações ordinárias, tendo o Estado do Paraná como seu controlador com 1.199.997 ações ordinárias nominativas.

**15. Gerenciamento de riscos:** Considerando o estágio atual de suas operações e que suas disponibilidades estão aplicadas em fundo de investimento classificado como de curto prazo, cuja carteira é composta por títulos e operações com prazo máximo a decorrer de 365 dias e carteira com prazo médio inferior a 60 dias, a Administração entende que o risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é irrelevante, considerando as características dos instrumentos financeiros registrados.

**16. Outras informações: a. Remuneração dos administradores:** A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. A Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 16 de julho de 2015, elegeu: (i) os membros do Conselho de Administração e decidiu que esses não serão remunerados; (ii) os membros do Conselho Fiscal e fixou a remuneração desses, cabendo a cada membro 10% da média de remuneração paga aos Diretores da Companhia. Na referida Assembleia foi fixado o montante global de até R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) para a remuneração da Diretoria Executiva referente ao exercício de 2015. **b. Contratação da empresa J. Folador Contabilidade Ltda. – ME,** mediante assinatura do Termo de Contrato PRSEC nº 02/2015, no dia 09/10/2015, para prestação dos serviços de contabilidade, registros parafiscais e afins. A referida contratação foi realizada por meio de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico nº 01/2015 – PRSEC). **c. Contratação do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo,** mediante assinatura do Termo de Contrato PRSEC nº 03/2015, no dia 27/10/2015, para prestação dos serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública, junto ao mercado de capitais, de valores mobiliários lastreados em direitos creditórios de titularidade do Estado do Paraná. A referida contratação foi realizada mediante licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico nº 02/2015 – PRSEC). **d. A PRSEC** está sediada na Av. Vicente Machado, nº 445, centro, Curitiba, Paraná, anexa à Secretaria de Estado da Fazenda, por ser vinculada institucionalmente a essa, nos termos do art. 32 da Lei Estadual nº 18.468/2015.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Deonilson Roldo  
George Hermann Rodolfo Tormin  
Mauro Ricardo Machado Costa

### DIRETORIA

George Hermann Rodolfo Tormin – Diretor Presidente  
Rogério Perna - Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

### CONTADOR

Jacir Folador  
CRC - PR nº 023662/O-2

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício de 2015. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, datado de 15 de fevereiro de 2016, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade na data de 31 de dezembro de 2015, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. É o Parecer.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2016.

Edemilson José Pego

João Luiz Giona Junior

Marlene de Souza Strada

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
**Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC**  
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 16 de julho de 2015 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são

### DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 248489116

Documento emitido em 26/04/2016 17:23:38.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços  
Nº 9665 | 29/03/2016 | PÁG. 91

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 16 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

**Demonstração do valor adicionado**  
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de 16 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
Curitiba, 15 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 – F PR

Marcello Palamartchuk

Contador - CRC PR 049038/O-9